

Revigoroamento da saúde

Pretende o Governo promover uma progressiva descentralização dos serviços de saúde e transferir aos estados e municípios recursos financeiros e mais encargos no atendimento à população. A providência, enquadrada na orientação geral adotada pela administração do presidente Fernando Collor, está destinada a provocar funda repercussão no trato com alguns problemas antigos do setor e com males de incidência recente, mas não menos danosa.

Alarmantes são as cifras que, por exemplo, fornecem as autoridades responsáveis pelo combate à infecção hospitalar. No ano passado, foram assinalados um milhão 441 mil 245 casos de infecção hospitalar, num total de quase 14 milhões 500 mil internações. O mais grave é que o número de óbitos chegou a 72 mil, correspondente a cinco por cento das pessoas que contraem doenças no interior dos estabelecimentos de saúde.

No combate à infecção hospitalar, o Governo investiu Cr\$ 187 bilhões, quantia que, segundo a própria Secretaria Nacional de Assistência à Saúde, poderia ser reduzida em pelo menos um terço, se fossem cumpridas as normas prescritas pela Portaria 196, de 24 de junho de 1983. A economia de recursos implica, como se sabe, uma ação mais rigorosa na vigilância epidemiológica nos hospitais e na formação das comissões de controle das infecções. E uma vez mais a inoperância desponta: apenas dez por cento dos seis mil hospitais brasileiros têm comissões em funcionamento, o que denota a inquietante margem de riscos a que estão submetidos os pacientes.

Em boa hora, o ministro da Saúde, Adib Jatene, intervém com competência na questão e assina, esta semana, portaria atualizando a 196, que resultará na criação de uma estrutura formal e profis-

sional para o controle da infecção hospitalar. Além disso, torna obrigatória a notificação às autoridades sanitária de qualquer ocorrência de infecção hospitalar e atribui responsabilidade aos secretários estaduais e diretores de hospitais na tentativa de reduzir os assustadores números oficiais.

Enquanto as autoridades se empenham em minorar o ônus de algumas questões crônicas na área da saúde, outras surgem com tal volume e alcance que surpreendem os especialistas. É caso do aumento de casos de Aids entre as crianças brasileiras. A mais recente constatação indica que, até março do fluente ano, foram detectados 902 casos em menores de cinco anos de idade, correspondendo a 3,7 por cento do total dos acumulados. A razão destas cifras alarmantes, é a de que foi registrado o crescimento de ocorrências entre as mães. Segundo as estatísticas do Ministério da Saúde, também se elevou o número de mulheres portadoras do vírus e de incidências da Aids perinatal, registrada a partir de 1987.

O inventário das dificuldades do setor de saúde é reconhecidamente inesgotável e não se pode esperar uma rápida diminuição em curto prazo. O conjunto de medidas previstas na concepção estratégica do ministro Adib Jatene é de molde preciso e só o médio prazo poderá fornecer algum tipo de melhoria resultante no revigoroamento da saúde dos brasileiros.

No esforço ordenado que o Governo desenvolve, estados e municípios têm uma grande parcela de empreitadas a conduzir, pois a magnitude da tarefa — a salvação de milhões de vidas humanas — não comporta orientação centralizada, certamente inoperante num país de complexas questões continentais.